SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 21

1 A CORRUPÇÃO 25

1.1 A Corrupção: Modalidades e Histórico 26
1.2 O Conceito de Corrupção no Direito Internacional 32
1.3 A Definição Brasileira da Corrupção 41
1.4 Práticas Deletérias: *Modus Operandi* 50
1.4.1 Formas ativas 51
1.4.1.1 Suborno de funcionários públicos nacionais 51
1.4.1.2 Suborno de funcionário público estrangeiro e de funcionário de organização internacional pública 52
1.4.1.3 Suborno no setor privado 52
1.4.1.4 Tráfico de influência 54
1.4.2 Formas passivas 54
1.4.2.1 Suborno de funcionários públicos nacionais 54
1.4.2.2 Suborno de funcionários públicos estrangeiros e de funcionários de organizações internacionais públicas 55
1.4.2.3 Suborno no setor privado 55
1.4.2.4 Malversação ou peculato, apropriação indébita ou outras formas de desvio de bens por funcionário público 55
1.4.2.5 Malversação ou peculato de bens no setor privado 56
1.4.2.6 Tráfico de influência 57
1.4.3 Demais formas de corrupção 57
1.4.3.1 Abuso de funções 57
1.4.3.2 Enriquecimento ilícito 57
1.4.3.3 Lavagem de produto de delito 57
1.4.3.4 Encobrimento 58
1.4.3.5 Obstrução da justiça 58
1.4.3.6 Participação ou tentativa 59

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.5 A Corrupção Internacional no Mundo Globalizado: os Efeitos Negativos 60

2 OS INSTRUMENTOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO NO DIREITO INTERNACIONAL 67

2.1 Convenções 73
2.1.1 A Convenção das Nações Unidas contra a corrupção 73
2.1.2 A Convenção Interamericana contra a Corrupção da Organização dos Estados Americanos – OEA 81
2.1.3 A Convenção da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE 87
2.1.4 A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional – A Convenção de Palermo 93
2.2 Outros Instrumentos 98
2.2.1 Elaborados pelos Estados 98
2.2.2 Não elaborados pelos Estados: as organizações, os organismos especializados e a sociedade civil internacional no combate à corrupção internacional 100
2.2.2.1 A Transparência Internacional – TI 106
2.2.2.2 Diretrizes de conduta empresarial: a *Global Reporting Iniciative – GRI* 108

3 A CORRUPÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO 111

3.1 Direito Positivo 113
3.1.1 Modificações pertinentes da Constituição Federal de 1988 113
3.1.2 A alteração do Código Penal: a Lei 10.467, de 11.06.2002 117
3.1.3 Os projetos em andamento 119
3.1.4 Jurisprudências acerca do tema 120
3.2 A Administração Pública no Combate à Corrupção 125
3.2.1 A Controladoria Geral da União – CGU 125
3.2.1.1 A Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas – SPCI 128
3.2.1.2 O Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção 131
3.2.1.3 A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA 131
3.2.1.4 O Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – PNLD 134

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.2.2 O Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF....136
3.2.3 O Tribunal de Contas da União – TCU 137
3.2.4 A atuação do Ministério Público 138
3.2.4.1 O Grupo de Atuação Especial de Repressão à Formação de Cartel e à Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativos – GEDEC 139
3.3 A Participação da Sociedade Civil 140
3.3.1 A Transparência Brasil....141
3.3.2 Os Amigos Associados de Ribeirão Bonito – Amarribo....142
3.3.3 O Instituto Ethos 143
3.3.3.1 O Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção: Empresa Limpa 144
3.3.4 A Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade – Abracci 145
3.3.5 O Museu da Corrupção – MuCo 147

4 AS EMPRESAS MULTINACIONAIS PRIVADAS E A CORRUPÇÃO INTERNACIONAL 149

4.1 O Conceito de Empresa Multinacional 155
4.1.1 A divisão das multinacionais de acordo com o capital empregado 159
4.2 Empresa Multinacional x Empresa Transnacional.... 163
4.3 As Empresas Multinacionais Privadas nas Relações Internacionais 167
4.3.1 A inexistência da personalidade jurídica internacional 172
4.4 A Visibilidade Internacional das Empresas Multinacionais Privadas no Combate à Corrupção: Responsabilidade Social ou Mero Comércio?.... 177
4.4.1 As multinacionais privadas e os esforços da Organização das Nações Unidas: o Pacto Global....181
4.5 A Cidadania Empresarial como Instrumento de Governança Global no Combate à Corrupção Internacional 185
4.6 O Ideal de Comunidade Internacional Cidadã: a Defesa da Cidadania e da Democracia por meio do Combate à Corrupção no Mercado Globalizado 190

CONCLUSÃO 199

REFERÊNCIAS 209

ÍNDICE ALFABÉTICO 219

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br